



A Importância das Fontes na Construção da Notícia: Um Estudo do Discurso do Jornal O Liberal na Cobertura de Incêndios Florestais e Desmatamentos no Pará em 1998¹

Luiz Augusto Seguin²

Universidade Federal do Pará - UFPA

Resumo

A importância que os veículos de comunicação possuem para a publicização das informações no mundo contemporâneo é um fato consumado. O que interessa aqui é apreender, no caso específico de um jornal amazônico como O Liberal, com enfoque para uma temática ambiental, como se dá a construção das matérias veiculadas pelo mesmo. Buscou-se, por meio da análise de discurso das matérias locais e das matérias produzidas por agências de notícias de outros estados, verificar: as similitudes e diferenças no enfoque de cada uma sobre a questão ambiental (particularmente desmatamentos e queimadas) no estado do Pará, a quantidade em termos comparativos de cada uma no ano de 1998; as subtemáticas presentes e as “vozes” acionadas para compor o discurso do jornal.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Desmatamentos; Fontes; Incêndios Florestais; O Liberal.

Introdução

A Amazônia vem sendo debatida mundialmente pela mídia global. Diversos meios de comunicação transmitem informações sobre a região quase que diariamente, é o caso da internet, dos jornais, da televisão e do rádio. Os mais variados assuntos fazem parte dessa pauta ambiental veiculada pela mídia: desmatamentos, queimadas, aquecimento global, escassez de água, biodiversidade e muitos outros.

A riqueza amazônica, tanto cultural quanto física, somada aos problemas listados na “pauta ambiental”, tem despertado o interesse, principalmente a partir dos anos 80 com os desmatamentos e queimadas, da mídia nacional e internacional pela região. E, em meio a essas informações, percebe-se diferenças quanto às características desses discursos midiáticos, particularmente os da imprensa escrita.

Este estudo analisa o discurso do jornal local O Liberal. Considerado o maior veículo impresso do norte do país, em virtude de sua tiragem, O Liberal³ é o jornal mais lido no Estado do Pará⁴. Trata-se de um veículo que utiliza de forma constante, informações de agências nacionais de notícias (principalmente Agência Estado), mesmo quando as notícias tratam de assuntos da própria região amazônica. Este fato motivou o levantamento das diferenças nas abordagens discursivas produzidas por jornalistas da/na região das abordagens dos jornalistas baseados em agências noticiosas e em outros estados.

¹ Trabalho apresentado ao GT IC - Iniciação Científica, do VI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Norte.

² Graduando em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Pará – UFPA e bolsista do projeto “Amazônia em Chamas: análise discursiva da cobertura da imprensa sobre o meio ambiente (1975-2002)” / lseguindias@hotmail.com

³ “Em 2002, a tiragem de O Liberal variava entre 42 a 45 mil exemplares diários (número que aumentava para 75 a 82 mil aos domingos), se transformando num dos maiores jornais do Brasil e, por consequência, num dos maiores consumidores de papel-jornal do país” (O Liberal, 13/10/02 apud LUFT, 2005, p.29).

⁴ “Conforme pesquisa realizada em 2001, às vésperas de completar 56 anos, O Liberal contava com a preferência de nada menos do que 81% dos leitores de jornais da capital, Belém, que tem uma população com cerca de 1,2 milhão de habitantes (LUFT, 2005, p.28).



Para a identificação das nuances presentes em cada fonte de informação utilizada pelo jornal, assim como as vozes e as temáticas utilizadas, a análise de discurso foi escolhida como método de trabalho.

Busca-se desta forma, identificar as principais diferenças nos discursos provenientes de agências noticiosas nacionais e do próprio jornal, onde se observou as principais subtemáticas e vozes presentes, as relações de poder e as posições tomadas por cada uma, de modo a melhor perceber a importância que as fontes de informação possuem para a construção da notícia e compreensão da realidade amazônica, principalmente no Estado do Pará.

Levantamento

Para apresentação dos resultados alcançados se fará inicialmente uma descrição sistematizada e sucinta dos materiais analisados. O total de matérias publicadas pelo jornal O Liberal, no ano de 1998, sobre a Amazônia, ainda sem o recorte específico deste estudo (matérias relacionadas à temática dos desmatamentos e queimadas, que citassem o estado do Pará), foi 84. A subdivisão, referente aos veículos de comunicação responsáveis pela produção das matérias, pode ser vista na tabela abaixo:

Total de matérias :	84
Matérias do próprio jornal	39 (46,42 %)
Matérias da Agência Estado	30 (35,71 %)
Matérias da sucursal (Brasília)	15 (17,85 %)

A próxima tabela mostra, dentre as matérias da Agência Estado, as principais cidades que aparecem como locais de procedência da informação:

Cidade	Número de Matérias
Brasília	18
São José dos Campos, SP	1
Roraima e Brasília	1
Boa vista	1
Rio Branco	1
Palmas	1
Campinas, SP	1
Cuiabá, MT, e S. José dos Campos, SP	1



Salvador	1
Manaus	2
Rio	1
Belém	1

Após a primeira triagem que restringiu o objeto de estudo apenas às matérias publicadas pelo Jornal o Liberal que tratassem sobre desmatamento e queimadas citando o estado do Pará, e não genericamente a Amazônia ou outro Estado da região, chegou-se a 49 matérias. Elas foram produzidas pelo próprio jornal e pela Agência Estado (fonte externa principal do Jornal O Liberal).

Do total de matérias analisadas pode ser vista a distribuição abaixo:

Total de matérias⁵ :	49
Matérias do próprio jornal	28 (57,1%)
Matérias da sucursal (Brasília)	9 (18,3 %)
Matérias da Agência Estado	12 (24,4 %)

As matérias da Agência Estado foram subdivididas da seguinte forma, de acordo com o local de produção da informação:

Matérias da Agência Estado	12
Brasília	10
Belém	1
Manaus	1

Dessa forma, com o recorte estabelecido, esse trabalho buscou analisar, através do método da análise do discurso, as matérias do Jornal O Liberal⁶ e as matérias produzidas pela Agência Estado veiculadas pelo jornal.

A seguir, um quadro demonstrativo que responde aos objetivos específicos que este estudo buscou atingir.

Resultados

⁵ Do total de matérias produzidas pelo jornal O Liberal, seis são assinadas, enquanto que do total de matérias da Agência Estado, nenhuma é assinada.

⁶ Incluindo as matérias da sucursal em Brasília.



1. Identificação das principais fontes das informações veiculadas pelo jornal O Liberal:

As principais fontes utilizadas pelo jornal foram as agências noticiosas, principalmente a Agência Estado. Em termos de cobertura do próprio jornal suas principais fontes foram representantes de órgãos governamentais - como o Ibama -, índios ou associações das comunidades/trabalhadores da Amazônia - como Funai e Fetagri -, ONGs - como o IPAM -, e procuradores ou promotores da República.

2. Subtemas mais recorrentes durante o ano de 1998 nas páginas de O Liberal e suas respectivas fontes de informação (principalmente agências noticiosas nacionais ou entrevistas realizadas pelo próprio Jornal):

- medidas governamentais adotadas contra queimadas por parte dos governos federal e estadual;
- preocupação com as condições e os direitos das “comunidades tradicionais”;
- menção dos culpados pela má condição de vida das comunidades tradicionais;
- o tratamento das comunidades tradicionais como vítimas;
- alertas sobre conflitos e falta de fiscalização em terras amazônicas, inclusive apontando culpados

3. Principais similitudes e diferenças na abordagem dos mesmos “subtemas” em se tratando de matéria/reportagem produzida por repórteres do próprio jornal ou quando reproduzida a partir de agências noticiosas de outros Estados:

Tanto as matérias produzidas pelo próprio jornal quanto as matérias da Agência Estado utilizam como fonte principal o Ibama, que é um órgão governamental. Porém, além desse órgão, O Liberal também recorre a vozes como o IPAM, que é uma ONG, a procuradores e promotores da república, de modo a melhor respaldar a questão jurídica, e às comunidades tradicionais, ou representantes delas, e às associações de defesa ao trabalhador rural.

Por sua vez, as matérias da Agência Estado têm como principal fonte o Ibama, o qual aparece em todas as suas matérias e, na maioria das vezes, como a voz principal. Por essa ocorrência demasiada do Ibama, a agência acaba deixando de ouvir outros personagens também importantes para uma visão ampla da situação ambiental no Pará, já que ONGs e representantes das comunidades/trabalhadores rurais foram escutados uma vez cada uma.

Essas características fazem com que O Liberal tenha uma abordagem mais completa, por meio do acionamento de diversas vozes atuantes na informação em questão, e dando oportunidade de um melhor entendimento das relações e forças presentes nas discussões ambientais paraenses. Já a Agência Estado, apesar de acionar muitas vezes o Ibama (em todas as suas matérias), o deixa ser o personagem principal e quase que solitário em suas abordagens.

4. Tratamento dado à questão ambiental pelo Jornal através dos diversos segmentos da sociedade (governo, entidades civis, movimentos ambientalistas etc).

O discurso do jornal, a partir das várias vozes arregimentadas para compor as matérias (com predominância de representantes de órgãos governamentais e secundariamente representantes de ONGs, Índios ou associações das comunidades/trabalhadores da Amazônia e Procuradores ou promotores da



República), foi marcado por um tom de apoio à preservação ambiental e de alertas contra o desmatamento e a extração ilegal de madeira, o que também ocorreu sobre possíveis danos ambientais causados por fatores climáticos e humanos. Assim, o governo, por meio do Ibama, os movimentos ambientalistas, por meio de ONGs como o IPAM, e as entidades civis, por meio de associações de trabalhadores rurais e representantes de comunidades tradicionais, foram representados amplamente pelo jornal.

O jornal O Liberal

Na tabela abaixo, aparecem as principais⁷ fontes dos repórteres do jornal na produção das matérias. Ressalta-se que a mesma fonte pode aparecer em mais de uma matéria:

Total de matérias produzidas pelo jornal:	37
IBAMA	14
IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia)	11
Procuradores ou Promotores da República	7
Índios ou associações das comunidades/trabalhadores da Amazônia	7
Madeireiros ou associações representantes	5
SECTAM (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente)	3

Com a tabela, percebe-se que a principal voz ouvida pelo jornal foi a de um órgão governamental, o Ibama, participando de 14 matérias. Seguido de uma ONG, o Instituto de Pesquisas Ambientais na Amazônia – IPAM, com 11. Após, estão os procuradores ou promotores da República e associações de defesa dos índios/trabalhadores rurais que aparecem 7 vezes cada. Com 5 acionamentos, estão as associações de madeireiros, e, por último, com 3, está a SECTAM. Nestas matérias aparecem 6 entrevistas: duas com o superintendente do Ibama no Pará, Paulo Koury, duas com o presidente do Ibama, Eduardo Martins, e duas com a presidente do IPAM, Adriana Moreira.

Foi possível constatar que no caso das matérias analisadas, o jornal prima pelo detalhamento e pela significativa quantidade de informações em suas reportagens, com a presença de dados de pesquisas como a do IPAM e levantamento do número de focos de queimadas da SECTAM, e garantindo espaço para que “o outro lado” também apareça como fonte.

⁷ Foram listadas apenas as fontes que apareceram de maneira significativa. Lembrando que, uma mesma matéria pode possuir mais de uma fonte.



O discurso do próprio jornal

As matérias produzidas pelo O Liberal apresentam dois discursos principais: o dos alertas ambientais e o da defesa das chamadas “populações tradicionais” (índios, ribeirinhos, extrativistas). Estes últimos seriam os “candidatos naturais” à preservação ambiental e, conseqüentemente, contribuiriam para redução do número de desmatamentos e queimadas. Esses dois discursos são recorrentes nas matérias produzidas pelo próprio jornal, entrelaçando-se e permitindo o desenvolvimento de outros subtemas.

O alerta ambiental

O jornal chama a atenção para os responsáveis pela prática das queimadas e que por descuido ou despreparo as deixam fugir ao controle, causando as chamadas “queimadas acidentais”, que muitas vezes se transformam em incêndios florestais. A principal fonte das informações foi o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, IPAM.

“Deste total, apenas 16% foram áreas onde o fogo foi ateadado com o objetivo de desmatamento, enquanto 36% foram incendiadas intencionalmente para manejo de produção agropecuária. A maioria absoluta, os outros 48% restantes, resultaram de queimadas acidentais em áreas florestais e pastagens e áreas agrícolas. Os dados são do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, IPAM, que faz estudo nas regiões há três anos”. (O Liberal, 07/07/1998)

Além das “causas humanas”, o jornal também aborda as causas naturais que influenciam nos incêndios e queimadas no Pará, como no exemplo:

“Nos primeiros 15 dias deste mês, os satélites registraram 16 focos de incêndio no Pará. Os dados, processados pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam) através de informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), preocupam por causa do início de período de estiagem na Amazônia, mas não devem ser tomados como motivo de alarde, segundo técnicos da Sectam, que identificaram quadro realmente assustador em Estados como Mato Grosso, com 591 focos de incêndio”. (O Liberal, 18/06/1998)

O Liberal acrescenta aos problemas naturais, um fenômeno que se torna cada vez mais presente na vida da população paraense, e que delimita o que deve ser esperado em termos de climáticos na região, o El Niño.

“Mesmo com um registro relativamente baixo de queimadas, o Pará começa a se preocupar com os riscos do próximo período de seca na região, agravado pelo fenômeno El Niño. A Sectam e várias outras instituições estão organizando uma campanha de prevenção de incêndios para os próximos meses”. (O Liberal, 18/06/1998)

O estudo divulgado pelo IPAM, sobre soluções para queimadas e desmatamentos na região, também é explorado pelo jornal, como se vê em:

“Cerca de 60% da floresta amazônica estão secando. Essa área fica dentro da Amazônia Ocidental, onde se localiza o Pará, possui 2,7 milhões de quilômetros quadrados e seus solos funcionam como uma espécie de esponja. As queimadas e a seca estão retirando a umidade do solo,



diminuindo a quantidade de chuvas e obrigando as plantas a buscar água nas raízes. Quem faz o alerta é a bióloga e PhD na matéria pela Universidade de Havard (EUA), a mineira Adriana Moreira, 36 anos, presidente do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia”. (O Liberal, 03/05/1998)

“De acordo com o estudo do Ipam, todo o Médio Amazonas, no Pará, está na área de risco de incêndios, assim como a região de Santarém, que não estava contemplada nas ações de proteção e controle do governo federal”. (O Liberal, 16/09/1998)

Inclusive informações de uma possível “catástrofe” são veiculadas, é o caso da afirmação de Daniel Nepstad :

“O ecólogo norte-americano Daniel Nepstad, do Woods Hole Research Center, nos Estados Unidos, adverte para a possibilidade de uma “catástrofe”, sobretudo no leste do Pará, onde se inclui a região de Paragominas. Lá, durante todo o mês de maio e nesta primeira quinzena de junho, praticamente não choveu”. (O Liberal, 15/06/1998)

O discurso em defesa das populações tradicionais e o desmatamento

As “populações tradicionais”, “protetoras do meio ambiente”, receberam uma espécie de apoio por parte de O Liberal em 1998, pois, através de seus repórteres, essa população foi ouvida e suas demandas e necessidades explicitadas. O jornal cita culpados pelo desmatamento, pela extração ilegal de madeira em terras indígenas e pela ameaça de expropriação de ribeirinhos (principalmente, madeireiros e o IBAMA), e trata essas populações, que seriam exemplos de “boa conduta ambiental” como vítimas, defende os seus direitos e alega, em alguns casos, inocência por parte delas.

“Com a criação da Reserva é a população quem irá administrar a área, através de associações comunitárias, obedecendo a um Plano de Utilização ou Uso, aprovado pelo Ibama. Aumenta-se, assim, as alternativas de renda e contribui-se para a melhoria de vida das populações tradicionais”. (O Liberal, 24/02/1998)

A mesma prática discursiva é percebida quando o jornal trata sobre a exploração sustentável dos recursos naturais na Floresta Nacional do Tapajós.

“No total, serão beneficiadas inicialmente com a medida três associações envolvendo 21 comunidades. Juntas elas reúnem uma população de quase 20 mil habitantes da Flona do Tapajó. Segundo o contrato, a concessão se destina à exploração auto-sustentável e à conservação dos recursos renováveis, de acordo com os Planos de Utilização, visando à subsistência dos sócios e suas famílias, além da comercialização do excedente”. (O Liberal, 12/06/1998)

Sobre a discussão entre comunidades residentes na Floresta Nacional do Tapajós com autoridades federais, o jornal afirma:

“Os comunitários reclamam a assinatura do contrato de concessão real de uso, entre o Ibama e as associações comunitárias, envolvendo 21 comunidades e uma população de mais de 20 mil habitantes da Flona do Tapajós. A concessão se destina à exploração auto-sustentável e à conservação dos recursos renováveis”. (O Liberal, 21/11/1998)



Outra posição frequentemente adotada pelo O liberal é a citação de culpados. Afinal, já que o jornal defende os direitos das populações tradicionais, ele precisa identificar quem não contribui para a aplicação desses mesmos direitos. O veículo faz isso de maneira clara e direta, como se vê quando é tratado o assunto sobre a extração ilegal de mogno em terras indígenas:

O pior é que os índios das tribos caiapó, xicrin, arara e assurini, explorados pela ganância de alguns madeireiros, são os que menos lucram com isso. Um caiapó, por exemplo, recebe R\$ 50,00 para permitir a derrubada de uma árvore de mogno com mais de 40 metros de altura. Depois de cortada, essa mesma árvore é dividida em toras que chegam a valer até R\$ 2,1 mil no mercado internacional. Cada tora tem 3,2 metros cúbicos. (O Liberal, 08/11/1998)

No exemplo anterior, o jornal demonstra o seu conhecimento da realidade dessas populações, tanto que explicita uma situação desfavorável aos índios, que não seria percebida pelas populações que participam ativamente nessas negociações. Quando o jornal trata sobre a criação de uma reserva extrativista, novamente os madeireiros aparecem como os grandes vilões da situação.

“Acreditando que a criação de uma Reserva Extrativista será a única forma de impedir o avanço das madeireiras, as entidades afirmam ainda que as empresas instaladas na região não promovem o desenvolvimento da região e apenas garantem a posse de suas terras na área”. (O Liberal, 24/02/1998) e “as empresas madeireiras, além de depredar a floresta, estavam invadindo terras de nativos e os ameaçando de expropriação”. (O Liberal, 17/11/1998)

Porém, nem só os madeireiros são culpados pelas conseqüências advindas do desmatamento, o jornal aponta também o Ibama como responsável em algumas situações

“Antes desse acordo, o MPF ajuizou na Justiça Federal e conseguiu anular o edital de licitação publicado no ano passado, para exploração madeireira na Flona do Tapajós, numa área de mais de 5 mil hectares. O edital ignorava as populações tradicionais que ocupam áreas da Flona Tapajós. O Ibama simplesmente desconheceu os direitos dessas comunidades, que lá residem antes da criação da Flona, em 1974. Um novo edital de licitação foi publicado, reduzindo a área para 3.200 hectares e reconhecendo os direitos dessas populações”. (O Liberal, 21/11/1998)

Em meio a essa situação exposta pelo O Liberal, de tantas desvantagens e prejuízos vividos pelas comunidades tradicionais, o jornal passa a tratá-los como vítimas dentro das situações expostas, como é o caso de:

“Várias gerações de ribeirinhos da região entre os rios Tapajós e Arapiuns sempre viveram utilizando os recursos naturais para sua subsistência. Nas últimas décadas esta harmonia vinha sendo ameaçada paulatinamente por atividades realizadas de forma irracional e predatória, principalmente a extração ilegal de seixo e madeira e a pesca predatória, responsáveis pelo esgotamento destes recursos naturais que sempre existiram com abundância nesta região”. (O Liberal, 17/11/1998)

Ainda nessa prática discursiva adotada pelo jornal, há ainda uma posição que pode ser chamada de radical por parte de O Liberal, que é no momento em que afirma que as comunidades podem estar condenadas à miséria.



“Praticamente condenadas à miséria, as comunidades ainda estão impossibilitadas da obtenção de financiamento para produção agrícola e sobrevivem na floresta sem possibilidade de produzir ou de praticar o extrativismo”. (O Liberal, 21/1/1998)

O jornal trata de forma tão intensa a postura de vítima das populações tradicionais, que chega a colocá-las como inocentes perante a ganância de seus grandes vilões: os madeireiros.

“Os caiapó, acomodados, sempre vivem à espera da ajuda federal. E, quando esta não chega ou demora a chegar, os índios recorrem aos madeireiros. Estes, de olho no rico filão de mogno, oferecem dinheiro, roupas e medicamentos aos índios, que passam a admirá-los, sem suspeitar que estão sendo usados”. (O Liberal, 08/11/1998)

O segundo discurso dominante no jornal O Liberal, no que se refere a desmatamentos e queimadas no Pará em 1998, é a dos alertas. O jornal informa o que considera “errado”, aponta culpados e cobra resultados e atitudes dos responsáveis. O jornal também aborda a questão correlacionada dos conflitos fundiários no Pará, e não só entre os proprietários de terras, mas também entre proprietários de terras e órgãos governamentais.

“Madeireiros, fazendeiros e produtores rurais do sul e sudeste do Pará abriram guerra contra os fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), acusando-os de perseguição, abuso de poder e multas elevadas”. (O Liberal, 13/06/1998)

O Liberal também alerta para as ações de madeireiras que se dizem na lei, mas são desmentidas pelo próprio jornal, que busca as informações em órgãos governamentais.

“A empresa norte-americana Eco Wood Ltda está sendo acusada de retirar toras de madeira fundeada em portos particulares do município de Breves, sobretudo na região de Corcovado, utilizando autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Marinha e da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam) para recolher madeira à deriva e desobstruir o leito de rios”. (O Liberal, 04/11/1998)

“Segundo o superintendente do Ibama no Pará, Paulo Koury, a autorização concedida à Eco Wood não prevê a retirada de madeira de particulares porque isso caracterizaria furto. “Se eu fosse dono da madeira, denunciaria o fato à polícia”, recomendou ele, acrescentando que o trabalho da Eco Wood deveria limitar-se a salvar madeira para limpar a calha do rio e facilitar a navegação de embarcações”. (O Liberal, 04/11/1998)

Porém, o governo federal que é ouvido por meio de seus órgãos, como no exemplo anterior, também é alvo de críticas, como a da falta de fiscalização em alguns municípios paraenses com altos índices de desmatamentos.

“A reação furiosa de fazendeiros e madeireiros contra a política de fiscalização do governo federal às queimadas e desmatamento, sobretudo no sul e sudeste do Pará, além das precárias condições humanas e materiais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para evitar que a floresta amazônica pegue fogo neste verão, tornaram difíceis controlar mais de 300 mil quilômetros quadrados da região vulneráveis a incêndios. Quem sobrevoa de avião municípios como São Félix do Xingu, Redenção e Ourilândia do Norte já percebe que a nova Lei



de Crimes Ambientais, pelo menos para os devastadores que tratam as florestas da região apenas como uma fonte de lucros, não passa de letra morta. A fumaça de roças e fazendas destaca-se nas clareiras abertas dentro da mata fechada”. (O Liberal, 15/06/1998)

A Agência Estado

As principais fontes utilizadas pelos repórteres da Agência Estado na produção das matérias foram:

Total de matérias produzidas pela Agência Estado:	12
IBAMA	6
FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará)	1
Amigos da Terra (ONG)	1
AIMEX (Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará)	1
WWF (ONG)	1
PROARCO (Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento)	1
Matéria sem voz específica (apenas com citações)	1

fontes utilizadas da Agência produção das

Com o quadro, percebe-se que a principal voz ouvida pelo jornal foi a de um órgão governamental, o Ibama, participando ativamente de 6 matérias, porém sendo citado nas outras 6. Seguido da FETAGRI, AIMEX, das ONGs Amigos da Terra e WWF e do PROARCO, todos com 1 participação.

Percebe-se que todo o discurso da Agência Estado se apóia na constante citação das ações de órgãos governamentais, fato que é comprovado pela observação das vezes que representantes do Ibama são ouvidos pelas matérias. Do total de 12 matérias da Agência Estado no período estudado, 6 ouviram representantes do Ibama, e nas outras 6 o Ibama é, pelo menos, citado.

Em cada situação exposta, por se tratar de questões importantes para toda a sociedade paraense, a agência busca se informar com o órgão governamental responsável, no caso o Ibama, de forma a ter uma versão “oficial” dos fatos. Tanto que, os entrevistados não são meros funcionários do Ibama, mas o presidente do órgão ou o superintendente no Pará. Das 12 matérias selecionadas para este trabalho, a



palavra Ibama aparece 45 vezes, o que demonstra uma recorrente menção ou escuta do órgão brasileiro responsável pelo meio ambiente.

O quadro seguinte mostra os locais onde foram produzidas as matérias da Agência Estado. Do total de 12 matérias, 10 são provenientes de Brasília, indicando uma supremacia das fontes governamentais presentes naquela capital nas matérias da Agência, portanto, a predominância de uma visão mais “nacional” da questão ambiental no discurso do veículo.

Número total de matérias da Agência Estado	12
Brasília	10
Belém	1
Manaus	1

O discurso da Agência Estado

As matérias produzidas pela Agência Estado e veiculadas no jornal O Liberal apresentam como principal característica o relato. Como já salientado, a principal fonte de informação do veículo noticioso são os órgãos governamentais, especificamente o Ibama, fato que pode ser observado na imensa maioria das matérias.

Isto irá impor limites nas abordagens realizadas pela Agência Estado em todas as matérias selecionadas para este estudo, já que há uma voz principal, a governamental, do IBAMA, o que limite a abordagem dos outros atores participantes. Sendo que as suas práticas discursivas transitam principalmente entre duas subtemáticas: as denúncias, principalmente à extração ilegal de madeira, e as matérias sobre as populações tradicionais, a exemplo do que ocorreu com a produção própria de O Liberal.

Foi possível constatar que no caso das matérias analisadas, a Agência Estado também prima pelo detalhamento e pela significativa quantidade de informações em suas reportagens, com a presença de dados estatísticos, por exemplo, do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Porém, o número de vozes ouvidas é pequeno, o que praticamente estrutura as informações em uma só via, a do discurso governamental do IBAMA, que é a principal voz escutada.

As denúncias feitas pelas matérias da Agência Estado seguem uma mesma orientação e um mesmo fim, tanto que estabelecem o principal fato a ser combatido: a extração ilegal de madeira. É o que se vê no exemplo seguinte, o qual faz menção também às populações tradicionais:

“Na semana passada o Ibama e a Polícia Federal realizaram uma operação na reserva caiapó mekranotire, no sul do Pará, e conseguiram apreender mais de três mil metros cúbicos de mogno que estava sendo retirado ilegalmente das terras dos índios caiapós, além de quatro caminhões e uma empilhadeira. Para a surpresa dos agentes do Ibama e PF, muitos índios estavam sendo usados na extração da madeira, inclusive armados”. (O Liberal, 14/08/1998)



Outro trecho também aborda a questão da extração ilegal de madeira, porém com um “olhar crítico” sobre a atuação do Pará no mercado internacional de exportação de mogno e citando a preocupação com as populações tradicionais:

“O Pará é hoje o principal exportador de mogno do Brasil, com cerca de 65 mil metros cúbicos anuais, e também um dos dois Estados onde há, ainda, reservas da madeira - o outro é o Acre - gerando em torno de um milhão de empregos. Porém, em algumas regiões a exploração do mogno é feita de forma predatória e as madeiras utilizam índios e seringueiros na retirada da madeira”. (O Liberal, 29/10/1998)

Já outra subtemática identificada no discurso da Agência Estado é a cautela em relação a medidas tomadas pelo Ibama e suas conseqüências.

“A instrução normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) proibindo a exploração, transporte e venda de mogno no sul do Pará já teve suas primeiras reações contrárias”. (O Liberal, 31/10/1998)

O veículo também alerta sobre os problemas naturais que acontecem no estado do Pará, com a falta de chuva e as altas temperaturas:

“Os técnicos do Ibama estão preocupados com a falta de chuvas, a alta temperatura e a baixa umidade relativa do ar nos Estados do Pará, Mato Grosso, Goiás e Tocantins, o que pode aumentar o calor e o risco de incêndio em pastagens e áreas florestais”. (O Liberal, 29/08/1998)

Como foi visto nos exemplos acima e já mencionado anteriormente, o discurso da Agência Estado se estrutura a partir das informações fornecidas principalmente por órgãos governamentais sediados em Brasília. Mesmo nos casos em que o Ibama é alvo de críticas, ele também ganha voz para se defender.

Contraponto e Conclusões

Após a análise das matérias produzidas pelo jornal O liberal e pela Agência Estado, veiculadas pelo primeiro, percebe-se que a recorrente citação do Ibama, órgão governamental, é uma característica de ambas. O órgão, mesmo quando alvo de críticas, tem espaço para resposta. Tratou-se da principal fonte de informações dos dois veículos de comunicação no que se refere às matérias veiculadas em 1998 pelo Jornal O Liberal, referentes à temática dos desmatamentos e queimadas no Estado do Pará.

Observe-se no entanto, que o jornal O Liberal também utiliza o Ibama como uma de suas fontes para obter informação e dar corpo à matéria, em conjunto com diversas outras como o IPAM, as associações que defendem comunidades tradicionais, as associações de madeireiros e procuradores e promotores da República. O que se percebe de mais importante em seu discurso é a menção às populações tradicionais e os “alertas” para problemas ambientais no Pará, temáticas essas que recebem um grande número de vozes em sua estrutura. Já a Agência Estado ouve o Ibama em 6 das suas 12 matérias, sendo que, nas outras 6, pelo menos há uma citação ao órgão governamental, fazendo com que apareça em todas as matérias deste estudo, transformando essa referência ao governo em sua principal fonte e o Ibama em sua voz prioritária.



O jornal O Liberal acaba sendo mais abrangente em sua abordagem, por ouvir um número maior e diversificado de fontes. O jornal aborda diversas situações, tentando expô-las de maneira abarcante, tanto que, para isso, realiza 3 entrevistas importantes de modo a melhor explicitar a situação e, ao mesmo tempo, obter respostas para seus questionamentos. Logo, apesar da maior participação por parte do Ibama, também dá voz a ONGs, como o IPAM, a procuradores e promotores da República e a associações de madeireiros e de comunidades tradicionais. Com isso, imprime uma visão também regional ao seu discurso, incluindo preocupações dos grupos locais sobre a questão ambiental.

Já as matérias da Agência Estado não diversificaram suas informações em muitas frentes, apesar de dar voz aos principais envolvidos, geralmente dois. Pelo fato das matérias terem sido produzidas predominantemente em Brasília, ONGs e populações que atuam no Pará foram pouco mencionadas. A constante recorrência ao Ibama, fez com que o discurso jornalístico produzido pela agência ficasse “preso” e, de certa forma, limitado à versão do órgão governamental.

Assim, percebe-se que o jornal O Liberal veicula informações da Agência Estado sempre que necessita de uma visão de caráter nacional e sob o prisma do discurso oficial, de órgãos governamentais, prezando pelo repasse direto da informação. As denúncias feitas nas matérias da Agência Estado não ganharam um tom polêmico. A diversidade de vozes ocorreu nas matérias produzidas localmente pelo próprio Jornal O Liberal.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, I. **A Reconversão do Olhar: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social.** São Leopoldo, RS: Unisinos, 2000.

COSTA, L. **Comunicação e Meio Ambiente: A análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia.** Belém, NAEA, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GRANGEIRO, C. R. P. **A propósito do conceito de formação discursiva em Michel Foucault e Michel Pêcheux.** In: II SEAD - Seminário de Análise do Discurso, 2005, Porto Alegre. Anais do II SEAD. Porto Alegre, 2005.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na construção da análise de discurso: diálogos e duelos.** São Carlos : ClaraLuz, 2004.

LUFT, S. **Jornalismo, Meio Ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2005.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso. Princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 5ª Edição, 2003.

PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso: Introdução à análise de discursos.** São Paulo: Hackers Editores, 1999.